Natália Lampert Batista Tascieli Feltrin Maurício Rizzatti (Organizadores)

Formação, Prática e Pesquisa em Educação 3



Natália Lampert Batista Tascieli Feltrin Maurício Rizzatti

(Organizadores)

Formação, Prática e Pesquisa em Educação 3

Atena Editora 2019

2019 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2019 Os Autores

Copyright da Edição © 2019 Atena Editora

Editora Executiva: Profa Dra Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

- Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto Universidade Federal de Pelotas
- Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson Universidade Tecnológica Federal do Paraná
- Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho Universidade de Brasília
- Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof^a Dr^a Cristina Gaio Universidade de Lisboa
- Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira Universidade Federal de Rondônia
- Prof. Dr. Gilmei Fleck Universidade Estadual do Oeste do Paraná
- Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
- Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior Universidade Federal Fluminense
- Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves Universidade Federal do Tocantins
- Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan Instituto Federal do Rio Grande do Norte
- Profa Dra Paola Andressa Scortegagna Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior Universidade Federal do Oeste do Pará
- Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera Universidade Federal de Campina Grande
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira Instituto Federal Goiano
- Profa Dra Daiane Garabeli Trojan Universidade Norte do Paraná
- Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva Universidade Estadual Paulista
- Prof. Dr. Fábio Steiner Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
- Profa Dra Girlene Santos de Souza Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
- Prof. Dr. Jorge González Aguilera Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza Universidade do Estado do Pará
- Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto Universidade Federal de Goiás
- Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio Universidade Federal de Santa Catarina
- Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco Universidade Federal de Santa Maria
- Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior Universidade Federal do Oeste do Pará



Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Profa Dra Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos - Universidade Federal do Maranhão

Profa Dra Vanessa Lima Gonçalves - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos - Instituto Federal do Pará

Profa Dra Natiéli Piovesan - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa - Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira - Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos - Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva - Universidade Federal do Maranhão

Prof.ª Dra Andreza Lopes - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico

Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda - Universidade Federal do Pará

Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva - Universidade Estadual Paulista

Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Msc. Leonardo Tullio - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood - UniSecal

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel - Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F723 Formação, prática e pesquisa em educação 3 [recurso eletrônico] /
Organizadores Natália Lampert Batista, Tascieli Feltrin, Maurício
Rizzatti. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Formação,
Prática e Pesquisa em Educação; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-592-1

DOI 10.22533/at.ed.921190309

1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Batista, Natália Lampert. II. Feltrin, Tascieli. III. Rizzatti, Maurício. IV. Série.

CDD 370.71

Elaborado por Maurício Amormino Júnior - CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

<u>www.atenaeditora.com.br</u>

contato@atenaeditora.com.br



APRESENTAÇÃO

A obra **Formação**, **Prática e Pesquisa em Educação** apresenta um apanhado da produção à nível superior da área da Educação no brasil, contemplando as três esferas: a formativa através de relatos que percorrem os processos formativos, relacionada ao ensino e às teorias da aprendizagem; a prática com destaque para as iniciativas extensionista e de inserção escolar e por último, mas não menos importante, a da pesquisa apresentando as temáticas que têm movimentado a produção científica e intelectual do ensino superior brasileiro na área educacional. A qual apresento brevemente a seguir.

O capítulo "A Alfabetização de Crianças Autistas" de autoria de Fabiana Boff Grenzel apresenta uma reflexão acerca de crianças autistas na alfabetização, enfatizando a necessidade de se criar estratégias para facilitar a aprendizagem destes educandos. "A Construção da Escrita Pré-Silábica e suas Implicações na Perspectiva da Psicogênese da Língua Escrita: Um Breve Estudo de Caso", das autoras Telma Maria de Freitas Araújo, Nadja Sabrina Silva Gomes Lopes Duarte e Maria Estela Costa Holanda Campelo apresenta, segundo as autoras, uma *Sondagem de Escritas*, através da qual é realizada uma análise da produção escrita de uma criança, a partir da teoria da psicogênese da língua escrita.

"A Evasão como Subsídio para a Avaliação Institucional: Um Estudo de Caso com Cursos de Engenharia em uma Universidade Pública", de Joice Pereira da Silva Carvalho, Simone Portella Teixeira de Mello e Daniela Vieira Amaral concentra seu olhar na evasão escolar no ensino superior enquanto fenômeno capaz de subsidiar uma avaliação institucional. Marcos Gonzaga e Regina Magna Bonifácio de Araújo, por sua vez, apresentam uma síntese das características fundamentais da pesquisa qualitativa, com destaque para a História Oral no capitulo "A História Oral na Produção Acadêmica: Três Leituras Metodológicas"

Em "A Motivação no Processo de Ensino/Aprendizagem de Francês no Curso de Secretariado Executivo da UEM: Entendimento e Desafios", Edson José Gomes intenciona identificar quais são os principais entraves a um desempenho satisfatório no processo de ensino/aprendizagem do francês como língua estrangeira no curso de SET. As autoras Rayuska Dayelly de Andrade e Sueldes de Araújo discutem a concepção de escola inclusiva em uma análise do município de Angicos no Rio Grande do Norte para o atendimento de uma aluna surda em "A Percepção de Professore(a) s sobre a Prática Pedagógica no Contexto Inclusivo.

Já Andressa Graziele Brandt, **Nadja Regina Sousa Magalhães**, Aline Aparecida Cezar Costa e Luciana Gelsleuchter Lohn apresentam algumas reflexões sobre o campo da etnografia a partir de um estudo sobre a pesquisa etnográfica com crianças, em seu capítulo "Pesquisa Etnográfica com Crianças Pequenas: Aproximações Teórico-Metodológicas.

No capítulo "A Qualidade no Ensino à Distância: o Novo Aluno e o Novo Professor"

Jéssica Reis Silvano Barbosa e Gislaine Reis elaboram uma reflexão sobre a expansão do ensino à distância e analisam as mudanças advindas dessa expansão para o ramo da educação virtual. Já os autores Karla dos Santos Guterres Alves e Antônio Luiz Santana objetivam compreender a relação entre a Grounded Theory e o processo de reflexividade que envolve a pesquisa científica em seu capítulo "A Reflexividade na Grounded Theory". Na sequência, Raimundo Ribeiro Passos, Afrânio Ferreira Neves Junior, Paulo Rogério da Costa Couceiro, Genoveva Chagas de Azevedo, Maria Marly de Oliveira Coêlho e Valdete da Luz Carneiro através de "Análise do Instrumento de Autoavaliação Institucional Utilizado na UFAM nos Anos de 2014 e 2015" realizam uma análise dos instrumentos utilizados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal do Amazonas, e a verificação de sua evolução no processo avaliativo interno de 2014 e 2015.

Na perspectiva dos planejamento de sistemas universitários estaduais brasileiros, Nelson De Abreu Júnior Apresenta "Aspectos Socioeconômicos na Espacialização da Universidade Estadual de Goiás", capítulo no qual se encontra uma pesquisa documental combinada com a análise de dados estatísticos acerca da educação superior pública estadual em Goiás. Tendo por objetivo apresentar e discutir a temática da avaliação da aprendizagem na área da Educação Física escolar, e apontar suas relações com os currículos Alessandra Andrea Monteiro e Vilma Lení Nista-Piccolo são as autoras de: "Avaliação da Aprendizagem na Educação Física Escolar na Rede Municipal de São Paulo e Paulo Freire: Aproximações e Distanciamentos". Nesse sentido também, Andreia Gasparino Fernandes avalia através de uma revisão temática a problemática da garantia de vagas em creches públicas municipais do município de São José do Rio Preto frente à legislação educacional vigente em "Avaliação da Política de Oferta de Vagas em Creches na Rede Pública Municipal de Ensino de São José do Rio Preto".

Sob a ótica da organização das diretrizes operacionais de ensino Alderita Almeida de Castro e Sueli Aparecida de Souza refletem sobre a implementação da avaliação das aprendizagens enquanto impulsionadora do processo do conhecimento na educação básica do Estado de Goiás, entre os anos de 2009 e 2014 no capítulo "Avaliação das Aprendizagens: a Significativa Ascensão do IDEB nas escolas do Estado de Goiás do ano de 2009 a 2014". Tendo em vista a Avaliação Internacional de Estudantes (PISA) Glauco da Silva Aguiar e Ligia Gomes Elliot exploram o conceito de Oportunidade de Aprendizagem trazido pelo PISA 2012, analisando o desempenho do Brasil e de mais 11 países em "Avaliação em Matemática: Uso dos Resultados do Pisa 2012".

No capítulo "Avaliação: Concepções e Implicações na Educação Infantil" Natascha Carolina de Oliveira Gervázi, Marcos Vinícius Meneguel Donati e José Roberto Boettger Giardinetto desenvolvem uma reflexão sobre a avaliação na Educação Infantil, através da análise e orientação a correta utilização da ferramenta portfólio. Ainda na perspectiva avaliativa Rosemary Farias Rufino, Santana Elvira Amaral da

Rocha e **Núbia do Socorro Pinto Breves apresentam o capítulo** "Avaliações em Larga Escala: Contribuições da ADE para Atingir a Meta da Proficiência no SAEB/ INEP em Escolas Públicas Municipais de Manaus" no qual retratam a percepção dos estudantes em relação às contribuições das avaliações em larga escala no processo de ensino e aprendizagem das escolas públicas de ensino fundamental do município de Manaus.

Na sequência Andrialex William da Silva, Tarcileide Maria Costa Bezerra, Romênia Menezes Paiva Chaves Carneiro e Renata Rosa Russo Pinheiro Costa Ribeiro exibem "Concepções de Professores sobre a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: uma Visão Romântica ou Direito à Educação?" No qual discutem as concepções dos profissionais do sistema educacional do município Jardim de Angicos (RN) sobre a Educação Especial em uma perspectiva inclusiva. Ainda na perspectiva inclusiva, o capítulo "Criatividade e Altas Habilidades/Superdotação" de Guacira Quirino Miranda, Arlete Aparecida Bertoldo e Priscila Miranda Chaves apresenta uma revisão bibliográfica sobre a relação da criatividade com as altas habilidades/superdotação. Em "Desenhos e Desenhos: Conselhos Municipais de Educação" Virgínia Coeli Bueno de Queiroz Matias e Rosimar de Fátima Oliveira analisam os elementos comuns do desenho institucional dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) no Brasil, como um dos fatores capazes de potencializar os esperados resultados democráticos dessas instâncias colegiadas.

A seguir Gildene do Ouro Lopes Silva, Amanda Lázari e Amanda Calefi Felex embasadas pelo modelo Oakland, Glutting E Horton realizaram a identificação dos estilos de aprendizagem em escolares do quarto ano do ensino fundamental no capítulo intitulado "Estilos de Aprendizagem no Modelo de Oakland, Glutting e Horton em Escolares do Ensino Fundamental I". Já em "Financiamento da Educação: uma Análise a partir do Gasto Aluno-Ano nos Municípios do Paraná" Jokasta Pires Vieira Ferraz, Andrea Polena e Simony Rafaeli Quirino verificam o perfil de gasto aluno-ano dos municípios do Paraná, em 2014, em relação ao porte dos municípios. Em "Ideias Higienistas na Revista Pedagogium (1922-1923)" Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes, Arthur Beserra de Melo e Marlúcia Menezes de Paiva analisam as ocorrência de ideias higienistas na revista Pedagogium, durante os anos de 1922 e 1923.

Laura Renata Dourado Pereira em "O Ensino da Arte e a Interdisciplinaridade: Novos Modos de Pensar sobre a Produção do Conhecimento" propõe uma reflexão sobre a interdisciplinaridade como um possível caminho para superar a fragmentação do conhecimento existente. Na sequência, "O Professor como Mediador nas Habilidades de Leitura" de Clarice de Matos Oliveira e Thenner Freitas da Cunha analisa como o professor de Língua Portuguesa pode ser um facilitador no desenvolvimento das habilidades de leitura aferidas nas avaliações educacionais em larga escala. Na perspectiva do Projeto de Lei 7.180/14, Ana Carolina Fleury e Ivo Monteiro de Queiroz apresentam "O Projeto Escola Sem Partido e a Construção

de uma Educação Burguesa no Século XXI" a fim de compreender os conceitos e detectar a existência de uma relação entre a proposta, os fundamentos da educação e a perspectiva marxista. Em "Observatório Eçaí: a Aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente e outros Direitos Humanos na Fronteira Brasil-Bolívia" Cláudia Araújo de Lima sistematiza uma observação das políticas públicas voltadas à infância e à adolescência bem como investiga os fenômenos de violações de direitos de crianças e adolescentes na região da fronteira.

No capítulo "Os Desafios e as Demandas Socioculturais Brasileiras Frente à Inclusão Escolar" de Evaldo Batista Mariano Júnior, Maria Aparecida Algusto Satto Vilela e Valeska Guimarães Rezende da Cunha os autores retomam a temática das políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão escolar com o intuito de fornecer subsídios a profissionais que atendam alunos portadores de necessidades especiais. Marcelo da Silva Machado em "Pacto Federativo na Educação e a Participação da União no Financiamento da Educação em Municípios da Região Metropolitana do Rio De Janeiro" realiza uma investigação sobre o pacto federativo e sua repercussão, entre os anos de 2008 e 2018, sobre o aumento das responsabilidades dos municípios na oferta de matrículas e, também de financiamento da educação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

"Pedagogia Waldorf e Salutogênese: razões e caminhos no/do cotidiano escolar" de Elaine Marasca Garcia da Costa, Vilma Lení Nista-Piccolo reflete sobre a possibilidade de a área da Saúde ser edificada junto à Educação através da convergência de dois conceitos: a Salutogênese e o método pedagógico Waldorf. Na perspectiva de estabelecer um perfil do uso e descarte de óleo vegetal utilizado para o preparo de alimentos em Escolas da Rede Pública Estadual de Educação Básica de Tubarão Douglas Bardini Silveira, Eduardo Aquini e Isonel Maria Comelli Pave desenvolvem "Perfil de Descarte de Óleo de Cozinha em Escolas da Rede Pública Estadual de Educação Básica Situadas no Município de Tubarão, SC". A fim de discutir a relação dos temas desenvolvidos na disciplina Filosofia das Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, e suas possíveis aproximações e com a pesquisa sobre objetos de estudo associados ao higienismo dentro do campo da História da Educação, Arthur Beserra de Melo, Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes e Marlúcia Menezes de Paiva fundamentam o capítulo "Relações entre Temas da Disciplina Filosofia das Ciências e a Pesquisa sobre Higienismo no Campo da História da Educação".

No capítulo "Representações Sociais das Práticas dos Professores de Educação Física acerca da Educação Física Escolar", Bruno Viviani dos Santos, Sabrina Araujo de Almeida e Pedro Humberto Faria Campos analisam a representação social da prática pedagógica de 103 professores de Educação Física do ensino fundamental. Em "Sistema de Avaliação Escolar", Katia Verginia Pansani traz um Relato de Experiência sobre os resultados positivos do Sistema de Avaliação Escolar – SAEsc no Colégio Progresso Campineiro. Para proporcionar uma compreensão sobre as

políticas públicas de financiamento, tais como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Jhonathan Martins da Costa, Carlos José de Farias Pontes e Maria Valdiza Ferreira Moniz Andrade publicam "Um Olhar Inicial a Respeito das Políticas Públicas de Financiamento no Brasil: Compreendendo o FUNDEB". Laís Takaesu Ernandi, Willian Pereira da Silva, Suédina Brizola Rafael Rogato no capítulo "Uso do Medicamento na Infância: Reflexões sobre a Atuação Docente no Processo da Medicalização do Ensino" buscaram discutir o processo de medicalização na infância e a necessidade de problematização dessa questão.

Os textos, relatos de prática e conclusões de pesquisas tangentes às questões educacionais que compõem esse terceiro volume da obra Formação, Prática e Pesquisa em Educação portanto operam em favor de qualificar a produção do ensino superior brasileiro e subsidiar novas pesquisas, constituindo-se assim em importante devolutiva à sociedade dos investimentos feitos com a formação de profissionais da educação e pesquisadores.

Tascieli Feltrin

SUMÁRIO

Aline Aparecida Cezar Costa

| CAPÍTULO 11 |
|---|
| A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS |
| Fabiana Boff Grenzel |
| DOI 10.22533/at.ed.9211903091 |
| CAPÍTULO 29 |
| A CONSTRUÇÃO DA ESCRITA PRÉ-SILÁBICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA PERSPECTIVA DA PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA: UM BREVE ESTUDO DE CASO Telma Maria de Freitas Araújo |
| Nadja Sabrina Silva Gomes Lopes Duarte Maria Estela Costa Holanda Campelo |
| DOI 10.22533/at.ed.9211903092 |
| CAPÍTULO 321 |
| A EVASÃO COMO SUBSÍDIO PARA A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM ESTUDO DE CASO COM CURSOS DE ENGENHARIA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA Joice Pereira da Silva Carvalho Simone Portella Teixeira de Mello Daniela Vieira Amaral |
| DOI 10.22533/at.ed.9211903093 |
| CAPÍTULO 432 |
| A HISTÓRIA ORAL NA PRODUÇÃO ACADÊMICA: TRÊS LEITURAS METODOLÓGICAS Marcos Gonzaga Regina Magna Bonifácio de Araújo |
| DOI 10.22533/at.ed.9211903094 |
| CAPÍTULO 542 |
| A MOTIVAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DE FRANCÊS NO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO DA UEM: ENTENDIMENTO E DESAFIOS Edson José Gomes |
| DOI 10.22533/at.ed.9211903095 |
| CAPÍTULO 6 |
| A PERCEPÇÃO DE PROFESSORE(A)S SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CONTEXTO INCLUSIVO Rayuska Dayelly de Andrade Sueldes de Araújo |
| DOI 10.22533/at.ed.9211903096 |
| CAPÍTULO 762 |
| A PESQUISA ETNOGRÁFICA COM CRIANÇAS PEQUENAS: APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS Andressa Graziele Brandt Nadja Regina Sousa Magalhães |

| DOI 10.22533/at.ed.9211903097 |
|---|
| CAPÍTULO 872 |
| A QUALIDADE NO ENSINO À DISTÂNCIA: O NOVO ALUNO E O NOVO PROFESSOR Jéssica Reis Silvano Barbosa Gislaine Reis |
| DOI 10.22533/at.ed.9211903098 |
| CAPÍTULO 980 |
| A REFLEXIVIDADE NA GROUNDED THEORY Karla dos Santos Guterres Alves Antônio Luiz Santana |
| DOI 10.22533/at.ed.9211903099 |
| CAPÍTULO 1088 |
| ANÁLISE DO INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL UTILIZADO NA UFAM NOS ANOS DE 2014 E 2015 |
| Raimundo Ribeiro Passos Afrânio Ferreira Neves Junior Paulo Rogério da Costa Couceiro Genoveva Chagas de Azevedo Maria Marly de Oliveira Coêlho Valdete da Luz Carneiro |
| DOI 10.22533/at.ed.92119030910 |
| CAPÍTULO 11100 |
| ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS NA ESPACIALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS |
| Nelson de Abreu Júnior DOI 10.22533/at.ed.92119030911 |
| CAPÍTULO 12109 |
| AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO E PAULO FREIRE: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS Alessandra Andrea Monteiro Vilma Lení Nista-Piccolo |
| DOI 10.22533/at.ed.92119030912 |
| CAPÍTULO 13119 |
| AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE OFERTA DE VAGAS EM CRECHES NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO Andreia Gasparino Fernandes |

Luciana Gelsleuchter Lohn

DOI 10.22533/at.ed.92119030913

| CAPITULO 14130 |
|--|
| AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS: A SIGNIFICATIVA ASCENSÃO DO IDEB NAS ESCOLAS DO ESTADO DE GOIÁS DO ANO DE 2009 A 2014 Alderita Almeida de Castro Sueli Aparecida de Souza |
| DOI 10.22533/at.ed.92119030914 |
| CAPÍTULO 15141 |
| AVALIAÇÃO EM MATEMÁTICA: USO DOS RESULTADOS DO PISA 2012 Glauco da Silva Aguiar Ligia Gomes Elliot |
| DOI 10.22533/at.ed.92119030915 |
| CAPÍTULO 16154 |
| AVALIAÇÃO: CONCEPÇÕES E IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL Natascha Carolina de Oliveira Gervázi Marcos Vinícius Meneguel Donati José Roberto Boettger Giardinetto |
| DOI 10.22533/at.ed.92119030916 |
| CAPÍTULO 17162 |
| AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA: CONTRIBUIÇÕES DA ADE PARA ATINGIR A META DA PROFICIÊNCIA NO SAEB/INEP EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE MANAUS Rosemary Farias Rufino Santana Elvira Amaral da Rocha Núbia do Socorro Pinto Breves |
| DOI 10.22533/at.ed.92119030917 |
| CAPÍTULO 18174 |
| CONCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UMA VISÃO ROMÂNTICA OU DIREITO À EDUCAÇÃO? Andrialex William da Silva Tarcileide Maria Costa Bezerra Romênia Menezes Paiva Chaves Carneiro Renata Rosa Russo Pinheiro Costa Ribeiro DOI 10.22533/at.ed.92119030918 |
| |
| CAPÍTULO 19 |
| CRIATIVIDADE E ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO Guacira Quirino Miranda Arlete Aparecida Bertoldo Priscila Miranda Chaves |
| DOI 10.22533/at.ed.92119030919 |
| CAPÍTULO 20 |
| DESENHOS E DESENHOS: CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO Virgínia Coeli Bueno de Queiroz Matias Rosimar de Fátima Oliveira |

DOI 10.22533/at.ed.92119030920

| CAPÍTULO 21203 |
|--|
| ESTILOS DE APRENDIZAGEM NO MODELO DE OAKLAND, GLUTTING E HORTON EM ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL I |
| Gildene do Ouro Lopes Silva Amanda Lázari |
| Amanda Calefi Felex |
| DOI 10.22533/at.ed.92119030921 |
| CAPÍTULO 22 |
| FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO GASTO ALUNO- ANO NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ |
| Jokasta Pires Vieira Ferraz Andrea Polena Simony Rafaeli Quirino |
| DOI 10.22533/at.ed.92119030922 |
| CAPÍTULO 23224 |
| IDEIAS HIGIENISTAS NA REVISTA PEDAGOGIUM (1922-1923) |
| Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes Arthur Beserra de Melo Marlúcia Menezes de Paiva |
| DOI 10.22533/at.ed.92119030923 |
| CAPÍTULO 24232 |
| O ENSINO DA ARTE E A INTERDISCIPLINARIDADE: NOVOS MODOS DE PENSAR SOBRE A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO |
| Laura Renata Dourado Pereira |
| DOI 10.22533/at.ed.92119030924 |
| CAPÍTULO 25241 |
| O PROFESSOR COMO MEDIADOR NAS HABILIDADES DE LEITURA Clarice de Matos Oliveira Thenner Freitas da Cunha |
| DOI 10.22533/at.ed.92119030925 |
| CAPÍTULO 26250 |
| O PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO E A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO BURGUESA NO SÉCULO XXI |
| Ana Carolina Fleury Ivo Monteiro de Queiroz |
| DOI 10.22533/at.ed.92119030926 |
| CAPÍTULO 27 |
| OBSERVATÓRIO EÇAÍ: A APLICAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E OUTROS DIREITOS HUMANOS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA |
| Cláudia Araújo de Lima |

DOI 10.22533/at.ed.92119030927

| CAPITULO 282/1 |
|--|
| OS DESAFIOS E AS DEMANDAS SOCIOCULTURAIS BRASILEIRAS FRENTE À INCLUSÃO ESCOLAR Evaldo Batista Mariano Júnior Maria Aparecida Algusto Satto Vilela Valeska Guimarães Rezende da Cunha |
| DOI 10.22533/at.ed.92119030928 |
| CAPÍTULO 29 |
| PACTO FEDERATIVO NA EDUCAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO Marcelo da Silva Machado |
| DOI 10.22533/at.ed.92119030929 |
| CAPÍTULO 30 |
| PEDAGOGIA WALDORF E SALUTOGÊNESE: RAZÕES E CAMINHOS NO/DO COTIDIANO ESCOLAR Elaine Marasca Garcia da Costa Vilma Lení Nista-Piccolo |
| DOI 10.22533/at.ed.92119030930 |
| CAPÍTULO 31 |
| PERFIL DE DESCARTE DE ÓLEO DE COZINHA EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA SITUADAS NO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC Douglas Bardini Silveira Eduardo Aquini Isonel Maria Comelli Pavei |
| DOI 10.22533/at.ed.92119030931 |
| CAPÍTULO 32 |
| RELAÇÕES ENTRE TEMAS DA DISCIPLINA FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS E A PESQUISA SOBRE HIGIENISMO NO CAMPO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO Arthur Beserra de Melo Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes Marlúcia Menezes de Paiva |
| DOI 10.22533/at.ed.92119030932 |
| CAPÍTULO 33 |
| REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS PRÁTICAS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ACERCA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR |
| Bruno Viviani dos Santos Sabrina Araujo de Almeida Pedro Humberto Faria Campos |
| DOI 10.22533/at.ed.92119030933 |
| |

| CAPÍTULO 34 |
|--|
| CAPÍTULO 35 UM OLHAR INICIAL A RESPEITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO NO BRASIL: COMPREENDENDO O FUNDEB Jhonathan Martins da Costa Carlos José de Farias Pontes Maria Valdiza Ferreira Moniz Andrade DOI 10.22533/at.ed.92119030935 |
| CAPÍTULO 36 |
| CAPÍTULO 37 |
| PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO FORMATIVA NO COTIDIANO DAS SESSÕES T TORIAIS Débora Cabral Nunes Polaz Raquel Aparecida de Oliveira |
| DOI 10.22533/at.ed.92119030937 |
| CAPÍTULO 38 |
| EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MATO GROSSO DO SUL: INDICADORES DE MATRÍCULAS (2007-2016) Wania Regina Aranda da Silva DOI 10.22533/at.ed.92119030938 |
| SOBRE OS ORGANIZADORES416 |
| ÍNDICE REMISSIVO417 |

CAPÍTULO 3

A EVASÃO COMO SUBSÍDIO PARA A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM ESTUDO DE CASO COM CURSOS DE ENGENHARIA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Joice Pereira da Silva Carvalho

(joice.ufpel@gmail.com)

Simone Portella Teixeira de Mello (sptmello@gmail.com)

Daniela Vieira Amaral (danielavamaral@hotmail.com)

RESUMO: Ao mesmo tempo que se observa a ampliação de acesso ao ensino superior a partir das políticas educacionais na década de noventa, verifica-se por outro lado, de acordo com dados fornecidos pelo INEP, a ocorrência de expressiva desistência de cursos universitários públicos por parte de estudantes universitários. Esse fato, por si só, demonstra fragilidades e carências na área educacional brasileira, acarretando prejuízos não apenas para o estudante, mas também para as universidades, para a sociedade e para o próprio governo. Neste trabalho, com o intuito de tratar do fenômeno evasão enquanto subsídio para a avaliação institucional, são pesquisados o perfil e as causas da evasão de discentes, especificamente, em doze cursos de graduação - Engenharias de uma universidade pública no sul do Brasil, RS, todos cursos criados pelo REUNI. A pesquisa refere-se aos anos de 2008 a 2017, totalizando 1.256 evadidos nesses cursos. Para tanto, utiliza-se

como procedimentos metodológicos a revisão de literatura, recolhimento de informações bibliográficas e de dados internos da instituição, além de entrevistas com os coordenadores dos mencionados cursos. Os resultados revelam justificativas para a evasão: insatisfação com a escolha de curso, impossibilidade de continuação em virtude de algum impedimento como o trabalho, maioria dos cursos acontece falta de laboratórios turno integral, permanentemente abertos aos alunos, falta de reforço em disciplinas de maior dificuldade, falta de perspectivas no mercado de trabalho e um trampolim para outros cursos. Ações institucionais estão sendo iniciadas, o que ratifica que a evasão pode subsidiar a avaliação institucional.

PALAVRAS-CHAVE: evasão, engenharias, universidade.

ABSTRACT: At the same time of the expansion of access to higher education from educational policies in the nineties, there is also, according to data provided by INEP, a significant dropout of public university courses by its students. This fact by itself shows weaknesses and shortages in the Brazilian educational area, resulting in losses not only to students, but also to universities, to the society, and to the government. In order to deal with the dropout as a support for the institutional evaluation, the profile and causes

of dropout are researched – in twelve undergraduate Engineering courses of public university in soul Brazil, specifically, all created by REUNI. The research refers to 2008-2017, and 1.256 students dropped out from these courses. For this purpose, literature review, retrieval of bibliographic information and institution's internal data, as well as interviews with the coordinators of these courses, are used as methodological procedures. The results reveal justifications for dropout: dissatisfaction with the course choice, the impossibility of continuation by virtue of extenuating circumstances such as work, the majority of courses happening full-time, lack of laboratories permanently open to students, lack of reinforcement on subjects of higher difficulty, lack of prospects in the labour market and a stepping stone to other courses. Institutional actions are initiating, which confirm that dropout can support institutional evaluation.

KEYWORDS: avoidance, engineering, university.

INTRODUÇÃO

A administração pública federal vive mudanças significativas a partir da década de noventa. No âmbito da educação superior observa-se a ampliação do acesso da população ao ensino superior. Em 1994 houve incentivos por parte do governo para as instituições de ensino superior privadas ampliarem suas vagas ofertadas e, a partir de 2003, houve o incremento nas instituições públicas.

Os dados do último Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2015 (INEP, 2018) revelam que houve 8.027.297 matrículas na graduação em 2015, predominantemente concentradas no setor privado (75,7%): um número expressivo de pessoas que têm expectativas de melhoria de vida a partir da conclusão de um curso de ensino superior e, por isso, atrativo especialmente para o setor privado, haja vista que o setor público não atende à demanda, seja pelo número de vagas ofertadas, seja pelas formas de acesso. Todavia, com o incremento de políticas públicas como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o acesso ao setor público também foi facilitado, o que em parte contribuiu para a consequente ampliação do número de pessoas com nível superior, que aumentou de 4,4% para 7,9%, segundo o IBGE (2012).

Moreno, diretor de estatísticas educacionais do INEP, afirma que "das 453 mil vagas oferecidas na rede federal, 114 mil são vagas remanescentes (eventualmente ocupadas em processos anteriores e que foram liberadas por motivos como: morte do aluno ou jubilamento)" (CORREIO BRAZILIENSE; 2017). Além destes, existem inúmeros motivos que levam jovens e adultos a desistirem do curso de graduação escolhido, o que merece maior atenção por parte das universidades, governo e sociedade.

Diante disso, estudar a evasão e, neste caso, a decorrente de uma política pública, como o Reuni, indica oportunidades de tratar de tema complexo e tecer alternativas de superação, na medida em que também configura uma avaliação da

política pública que impactou o ensino superior público no Brasil. Em um cenário onde milhões de pessoas fazem o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM buscando ingressar no ensino superior, mas ao mesmo tempo se observa uma desistência expressiva, justifica-se a importância de tratar o tema em maior profundidade.

Sendo assim, o objetivo geral deste estudo é investigar as principais causas da evasão em doze cursos da área de Engenharias, criados na UFPel, através do REUNI, enquanto subsídio para a avaliação institucional. O artigo está organizado em cinco partes, além desta introdução. A segunda parte apresenta uma revisão de literatura sobre evasão. A seguir, descrevem-se os caminhos da pesquisa. Posteriormente, apresentam-se os resultados, onde além de tecer um perfil do evadido, há opiniões de coordenadores de cursos sobre o tema. Por fim, na quinta parte, são apresentadas as considerações finais, observações a respeito do estudo, as limitações e as sugestões para pesquisas futuras.

REVISÃO DE LITERATURA

A evasão não é tema recente na educação superior. Muito antes das políticas recentes de acesso ao ensino superior, o tema já provocava debate, de tal maneira que em 1996 já era uma preocupação real do Ministério da Educação – MEC (ANDIFES, 1996). Apesar da relevância do tema, seu conceito não é unânime, podendo causar ambiguidades se não for objetivamente esclarecido.

Este estudo é voltado para a evasão de curso e baseia-se no conceito utilizado pela Comissão Especial de Estudo sobre Evasão, que considera evasão de curso "a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo" (ANDIFES, 1996, p.15). Todavia, embora não realizando matrícula em dois semestres consecutivos, o aluno possa pedir reingresso, retorno ao curso, não é garantido que consiga. Logo, a análise feita aqui considera a saída do aluno decorrente da não matrícula em dois semestres consecutivos, não considerando situações de reingresso.

Embora a evasão possa significar a exclusão do aluno do sistema educacional, também pode ser causada por uma exclusão anterior na vida escolar do estudante. Dias Sobrinho (2010) elenca alguns dos vários problemas provocados pela exclusão educacional, como o analfabetismo, as próprias evasões, a repetência, a carência, a discriminação, a falta de vagas, a formação insuficiente de parte dos professores, as precárias condições de escolarização e a baixa probabilidade de alunos nessas condições conseguirem futuros bons empregos.

Os prejuízos acadêmicos são muitos, podendo ser relacionados à qualidade do ensino e ao desempenho dos docentes e discentes. Do ponto de vista social, há diversos aspectos que são prejudicados; entre eles, destaca-se a condição do aluno evadido, que muitas vezes sai frustrado da sua experiência com o ensino superior e precisa se reinserir socialmente sem a formação acadêmica que poderia ter sido obtida no decorrer do curso.

Ademais, há prejuízos financeiros e orçamentários, de ordem pessoal e institucional. Um exemplo de prejuízo financeiro pessoal é o investimento de recursos do aluno e da sua família, como passagens, moradia e alimentação, para mantê-lo na universidade. Já os prejuízos institucionais podem ser exemplificados pelo desperdício de recursos públicos, como os aplicados nas instalações e na alocação de servidores públicos, que poderiam estar atendendo um número maior de beneficiados. Além disso, há prejuízo nos recursos orçamentários que a Instituição virá a receber.

Mas a evasão também é um problema global, que inicialmente recebeu maior atenção no exterior e está em pauta no Brasil, principalmente a partir dos anos 90. Grande parte do conhecimento científico em evasão parte de estudos realizados nos Estados Unidos nos anos 70 e 80, como os de Spady (1970, 1971), Tinto (1975, 1988, 1997), Bean (1980) e Pascarella (1980).

Spady (1970,1971) é o precursor dos estudos sobre evasão relacionando-a com a Teoria do Suicídio de Durkheim, que defende que o nível de integração do indivíduo na sociedade influencia diretamente sua decisão de cometer suicídio. O autor correlaciona o suicídio com a evasão e explica que se o estudante estiver bem integrado ao ambiente acadêmico, suas chances de evadir diminuem, pois ficará mais motivado e consequentemente mais comprometido com os estudos.

Já Tinto (1975), embora também se baseie em Durkheim, acrescenta outros aspectos ao estudo da evasão, através de uma análise longitudinal que categorizou as causas sob diversos pontos e não apenas como abandono, analisando a integração e o desgaste. Para Cislaghi (2008, p. 48), "Tinto identificou diferentes tipos de comportamento e classificou-os em categorias como fracasso acadêmico, desistência voluntária, abandono, afastamento temporário e transferência".

Na década de 80, o debate foi ampliado e destacou que o abandono é um reflexo da falta de integração na vida acadêmica, o que pode acontecer em diferentes momentos e por diferentes motivos; como, por exemplo, eventuais dificuldades que o estudante possa encontrar ao ter que se adaptar aos novos comportamentos e normas do ambiente universitário (TINTO, 1988).

Numa perspectiva mais recente, Adachi (2009), ao refletir sobre os estudos de Tinto, amplia os motivos que podem levar à evasão, considerando um conjunto grande de características e condições, como status social, vida escolar anterior, sexo, idade, etnia, e também expectativas de carreira e motivação, entre outros aspectos.

Pascarella (1980) interessou-se especialmente pelas interações no ambiente acadêmico, desenvolvendo vários estudos baseados no modelo de Tinto. Ele encontrou entre seus resultados o fato de que os contatos informais que os alunos têm com seus professores influenciam na decisão do aluno de permanecer ou não no curso. Além disso, Pascarella, citado por Cislaghi (2008), considera as experiências do estudante, os fatores institucionais, o contato informal com os professores, as experiências universitárias e os resultados educacionais.

Já Bean (1980), baseia seu modelo em estudos anteriores de pesquisadores que

explicavam a rotatividade de empregados nas organizações. Correlaciona a decisão tomada pelos trabalhadores sobre permanecer ou não em seus empregos com a decisão dos alunos de evadir ou não, destacando a influência de fatores externos na decisão.

Cislaghi (2008), ao discorrer sobre o trabalho de Bean, destaca a relevância dos fatores organizacionais, afirmando que assim como o trabalhador se baseia na sua remuneração para avaliar a permanência na organização, o estudante também avalia sua permanência com base nas avaliações que recebe, na qualidade da instituição e na formação que está adquirindo.

No Brasil, a evasão entra efetivamente na agenda pública em 1996, com o trabalho desenvolvido pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, formada por docentes do ensino superior público. A Comissão pretendia diminuir o índice de evasão com base nos resultados do estudo que teve a participação final de 53 instituições (ANDIFES; 1996). Todavia, essa Comissão surge justamente a partir do debate sobre Avaliação Institucional. Logo, observa-se a forte relação entre evasão e avaliação, onde o diagnóstico revela informações para rumos futuros. Assim, corrobora-se com Gaioso (2005), quando menciona que ao compreender-se a avaliação institucional é possível então identificar os elementos que conduzem o aluno a evadir.

Embora os grupos de fatores responsáveis pela evasão possam continuar sendo os mesmos: as características individuais dos estudantes, os fatores internos às instituições e os fatores externos às instituições; o grande desafio da minimização da evasão no século XXI parece ser entender a nova realidade e o comportamento dos alunos e propor ações que favoreçam a sua permanência no curso. Em 2008, foram oferecidas 169.502 vagas em Universidades Federais, alcançando o número de 7.387 vagas ociosas (INEP, 2009), já em 2016 foram oferecidas 453.859 vagas em Universidades Federais, sendo 114.236 delas remanescentes (INEP, 2017).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é de natureza descritiva, pois busca conhecer o perfil do evadido e identificar as causas da evasão. Segundo Vergara (1998, p. 45), este tipo de pesquisa "não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação".

Tem como objeto de análise 12 cursos de graduação – engenharias. O universo de abrangência da pesquisa são os evadidos desses cursos, criados na instituição de ensino superior - IES através do REUNI desde o seu início, ou seja, entre os anos de 2008 a 2017, totalizando 1.256 evadidos na situação de abandono. A pesquisa também faz uso de informações bibliográficas e levantamento interno de dados da instituição, através de um sistema de gestão acadêmica, especialmente quanto ao número de evadidos, seus perfis e cursos.

Para tanto, considerou-se o conceito de evadido equivalente ao de abandono (MELLO; SANTOS, 2012, p. 70) como "aquele aluno que não solicitou matricula em disciplinas por dois semestres consecutivos" e a fórmula de cálculo do "Índice de Evasão dos Cursos de Graduação no primeiro ano do período" (FORPLAD, 2015, p. 52).

Além dos dados sociodemográficos, os Coordenadores dos cursos foram entrevistados quanto as suas percepções a respeito dos motivos da evasão nos cursos que coordenam. Foi elaborada uma questão chave, uma questão aberta, de modo que se sentissem à vontade para expressar suas percepções sobre o fenômeno evasão. A pergunta feita foi "Na sua opinião, qual(quais) o(s) motivo(s) de evasão (abandono do curso por dois semestres consecutivos) no(s) curso(s) que coordena?" A partir de então, usou-se a técnica de análise de conteúdo, quando se procedeu a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto nas comunicações. Buscou-se palavras e frases na descrição das entrevistas, surgindo categorias de análise (BARDIN, 2011).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A estrutura organizacional da IES é diversificada, com nomenclaturas distintas, estruturas distintas para suas respectivas unidades acadêmicas. O Quadro 1, a seguir, apresenta os percentuais relacionados aos evadidos dos cursos investigados.

| | | Cursos da área de Enge- nharias |
|---------------------------------|--------------------|------------------------------------|
| Total de evadidos no período | | 1.256 |
| Sexo | Feminino | 34% |
| | Masculino | 66% |
| Etnia* | Branca/amarela | 61,77% |
| | Não declarado | 25% |
| | Preta/parda | 13,23% |
| Idade média | | 25,74 |
| Naturais da cidade da pesquisa* | | 45,62% |
| Oriundos de outros Estados* | | 27,98% |
| Forma de ingresso no | SiSU/ENEM | 70,54% |
| curso | Reopção | 5,73% |
| | Portador de Título | 4,14% |
| | Vestibular | 11,31% |
| | Reingresso | 0,72% |
| | PAVE | 3,98% |

Quadro 1 – Informações Institucionais sobre os Evadidos dos Cursos de Engenharias.

Fonte: Dados da pesquisa.

Além de compartilharem o espaço físico e parte do corpo docente, os cursos

 $^{^{\}star}\text{A}$ declaração sobre etnia, naturalidade e estado de origem é facultativa no ato da matrícula.

de Engenharias analisados apresentam perfis de evadidos semelhantes. A maioria ingressou na universidade através do SiSU/ENEM, são homens, brancos, naturais de Pelotas e com idade acima de 22 anos de idade, sendo a média do total 25,74 anos.

Os resultados podem indicar a ocorrência de diferentes situações: a insatisfação com a escolha de curso, a impossibilidade de continuação em virtude de algum impedimento como o trabalho e, pela maioria dos cursos ser em turno integral. A limitação de bolsas de permanência pode indicar mais um motivo para evadir. Fávero (2017) salienta que o aspecto econômico vinculado ao aspecto do estudante estar sozinho, assumindo responsabilidades novas, são decisivos no abandono.

A questão do turno integral dos cursos de graduação das Engenharias, com exceção da Engenharia de Produção, também configura um limitador, em especial para aqueles que trabalham. Tal aspecto está diretamente relacionado ao levantamento realizado pela Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, como decorrentes da incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho, considerada pela Comissão uma característica individual do estudante (ANDIFES, 1996).

Essa incongruência também é trazida por Fávero (2017, p.77) ao tratar sobre a disponibilidade de tempo para estudar, afirmando que "por se tratar de aspectos individuais, esta dimensão relaciona-se à categoria psicológica de evasão. Consequentemente, esta categoria está articulada com o fator Individual de evasão, pois se refere ao âmago do estudante".

A modalidade de ingresso de 70,54% dos evadidos ocorreu por meio do SiSU, que não tem limite de faixa etária, não é opção de entrada na universidade apenas dos mais jovens que recém concluíram o ensino médio. A única condição é ter feito o Enem no ano anterior, independentemente de sua idade. Em casos que já houve a conclusão do ensino médio há algum tempo, é possível tentar uma vaga em curso de graduação via SiSU, o que parece um avanço com a política de acesso ao ensino superior.

Acredita-se então, que muitos veem na oportunidade do acesso ao ensino superior uma nova oportunidade de estudar, especialmente a partir das cotas, que foram criadas por leis federais justamente com o argumento de corrigir diferenças históricas que resultaram em padrões desiguais, tanto de inclusão social como racial e, mais especificamente, de acesso à educação. Há cotas sociais, para oriundos de escolas públicas e de baixa renda, e as raciais, destinadas a negros (pretos e pardos) e indígenas (BRASIL, 2012).

Quanto à etnia, na grande parte dos cursos, a evasão é maior por parte dos brancos/amarelos (61,77%), sendo que 25% não declararam etnia e 13,23% declararam-se pretos/pardos. A única exceção observa-se no curso de Engenharia Eletrônica, com 20,78% para brancos/amarelos, 28,57% não declarados e 50,65% para pretos/pardos.

Como o número prevalecente de evadidos é de brancos/amarelos, tem-se

igualmente evasão maior nessa etnia. Por sua vez, uma das hipóteses é que a evasão seja menor na etnia dos discentes que se declararam pretos/pardos em razão de terem entrado por via SiSU, por meio de cotas específicas e, dessa forma, tendem a não perder a oportunidade alcançada.

Quanto ao gênero, 66% são homens e 34% de mulheres, o que era de se esperar. O menor percentual de homens concentra-se na Engenharia Civil, com 74,32%, crescendo para 61,54% na Engenharia de Petróleo, seguido de 78,06% na Engenharia de Produção e chegando a 85,15% na Engenharia Eletrônica. Embora homens evadam mais que mulheres, há de se considerar que os cursos são compostos por maioria masculina, o que se espera que isso reflita também na evasão desses. São cursos popularmente tidos como "masculinos", inclusive com mercado de trabalho com mais predominância de homens do que mulheres.

Outro dado relevante é quanto à naturalidade dos evadidos. Essa questão também merece destaque, pois embora exista uma crença de que um fator decisivo na evasão possa ser o fato de não ser natural da cidade sede da universidade, observase que a grande maioria é natural de Pelotas, num total de 45,62%, sendo 27,98% de outros estados do país. Há de se considerar o desejo de ingressar na universidade, que nem sempre acontece no curso desejado, assim como a limitação financeira que força o interessado a ingressar em algum curso na cidade onde mora. Somente no curso de Engenharia de Petróleo os percentuais são próximos, onde 33,33% dos evadidos são de Pelotas e 36,84% de outros estados.

Outro quesito é a forma de ingresso dos evadidos dos cursos de engenharias. Embora o SiSU seja o meio de ingresso com maior percentual, também são observadas outras formas de ingresso desses evadidos: vestibular (11,31%), reopção (5,73%), portador de diploma especial (4,14%) e PAVE (3,98%). A forma de ingresso que aparece com menor percentual é a que ocorre por reingresso (0,72%).

Na expectativa de compreender melhor as causas do abandono nos cursos da área de Engenharias, questionou-se os coordenadores dos 12 cursos, obtendo retorno de mais da metade desses, 58,3%. As causas apontadas por eles se concentram majoritariamente em características individuais do estudante, chegando a 56,1%.

Dificuldades financeiras da família do evadido, falta de oportunidades de bolsa de permanência na universidade, curso em tempo integral (2 turnos), falta de laboratórios permanentemente abertos aos alunos, falta de reforço para disciplinas em que o aluno encontra maior dificuldade, falta de perspectivas no mercado de trabalho e um trampolim para outros cursos foram as justificativas nos relatos dos coordenadores.

Entre os fatores individuais mais citados estão características psicológicas, como a falta de identificação com o curso e a falta de informação a respeito do mesmo, já apontado por Davok e Bernard (2016) como causa da evasão. Além disso, os coordenadores mencionaram a característica econômica, a dificuldade financeira, corroborando o exposto anteriormente quanto à necessidade de trabalhar,

já observada por Fávero (2017).

Por fim, acredita-se que a avaliação institucional pode ser um importante instrumento para reflexão sobre a evasão escolar no ensino superior. O início de debates sobre evasão em instituições de ensino superior surgiu dentro de um processo de discussão de avaliação institucional, quando criou-se indicadores do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), e posteriormente o Seminário temático com o objetivo de encontrar um conceito para evasão e analisar o fenômeno (POLYDORO, 2000).

CONCLUSÕES

Este estudo demonstrou, através de um recorte de doze cursos da área de Engenharias, criados na IES por meio do REUNI, o perfil dos evadidos, os motivos que levam à evasão e a proposição de estratégias capazes de minimizar as causas do fenômeno.

Observa-se que muitos dos cursos criados são inovadores na região, pois desenvolvem competências específicas até então ausentes nas universidades próximas, e isso parece trazer versatilidade no campo de atuação. Contudo, são bacharelados com carga horária extensa, em média de 4, 5 anos de duração, um limitador; e, em alguns casos, não apresentam grande campo de atuação local e/ou regional do egresso.

Ao que parece, não faz sentido investir em um curso que embora se apresente versátil em termos de currículo não o é em se tratando de empregabilidade. Então, discutir o cenário de atuação desses futuros profissionais não deve se dar só para aqueles que pretendem ingressar nos cursos, mas para a sociedade, para o mercado e para a própria universidade. Esclarecer e divulgar à população e, em especial aos estudantes que estão concluindo o ensino médio e que descobrem ou têm um primeiro contato com os cursos quando da inscrição do SISU, que o profissional de Engenharias possui vasto campo de atuação: obras, construções, escritórios, empresas, organizações, estradas e transportes, hidráulicas, em universidades como docentes, entre outros, é de significativa relevância quando se trata de minimizar a evasão do curso universitário.

Quanto aos gargalos ao longo dos cursos, seja por dificuldades em disciplinas, seja em função dos pré-requisitos que fragmentam o desenvolvimento do curso e mesmo do campo de trabalho e horas de estágio, observa-se que ações que visem desenvolver competências específicas de alunos que estão em defasagem, de acordo com avaliações diagnósticas aplicadas no semestre, podem ser uteis.

A possibilidade de acordos de cooperação com outras universidades e organizações públicas e privadas também pode contribuir para a visibilidade dos cursos, mobilidade acadêmica, prática de estágios e inserção profissional de seus egressos. Logo, capacitar gestores acadêmicos e alunos colaboradores na elaboração

de projetos para captação de recursos junto a órgãos de fomento pode ser um aliado forte na contenção à evasão. O envolvimento de alunos pode ser uma alternativa significativa para a permanência desses no curso.

As atividades extensionistas também indicam ações atrativas que contribuem para a formação dos estudantes e dão visibilidade aos cursos. E a possibilidade de estágio obrigatórios na própria universidade podem revelar não apenas um compromisso institucional, mas também o sentido de pertencimento desse estudante à universidade, o que provavelmente o faça se manter na universidade.

Constata-se que a evasão é realmente um fenômeno complexo, que envolve uma série de motivos que impactam cada aluno de forma diferente. Minimizar suas causas é um grande desafio que precisa ser enfrentado pela universidade como um todo.

Os doze cursos tratados aqui apontam para uma realidade onde a comunidade local parece ter dificuldade de se manter estudando. São indicações importantes de que um projeto institucional de combate à evasão deverá conter ações para se discutir a permanência na universidade muito além das bolsas. Outros pontos relevantes a serem revistos no combate à evasão passam pela revisão dos projetos pedagógicos dos cursos. Enfim, estudos futuros poderão ajudar no debate desse fenômeno crescente no cotidiano da universidade.

REFERÊNCIAS

ADACHI, A. A. C. T. **Evasão e Evadidos nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 214. 2009.

ANDIFES/ABRUEM/SESU/MEC. **Comissão Especial de Estudos Sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras.** Brasília-DF, 1996. Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf. Acesso em: 01 mar. 2018.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa, Edições70, 2011.

BEAN, J. P. 1980. Dropoutand turnover: The synthesisandtestof a causal model of estudent attrition. **Research in Higher Education**, Vol. 12, 155-187.

BRASIL. Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm Acesso em: 16 jul. 2018. Campinas, 2000.

CISLAGHI, R. Um Modelo de Sistema de Gestão do Conhecimento em um Framework para a Promoção da Permanência Discente no Ensino de Graduação. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) — Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 258. 2008.

CORREIO BRAZILIENSE. **MEC divulga o Censo da Educação Superior de 2016**. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino ensinosuperior/2017/08/31/

ensino_ensinosuperior_interna,622359/mec-divulga-o-censo-da-educacao-superior-de-2016.shtml> Acesso em: 8 mar. 2018.

DAVOK, D. F.; BERNARD, R. P. Avaliação dos índices de evasão nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 21, n. 2, p. 503-521, jul. 2016.

DIAS SOBRINHO, J. Democratização, Qualidade e Crise da Educação Superior: Faces da Inclusão e Limites da Exclusão. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010.

FÁVERO, J. D. O Diagnóstico do Fenômeno da Evasão Conforme suas Dimensões, Categorias, Fatores e Formas: Uma Proposta Teórica. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 5, n. 01, p. 69-81, 2017.

FORPLAD. **4ª Reunião 2015 – Ouro Preto – GT Indicadores**. Ouro Preto-MG, 2015. Disponível em: http://www.forplad.andifes.org.br/cadastro1/textos/indicadores/Indicadores-FORPLAD.pdf Acesso em: 7 mar. 2018.

GAIOSO, N. P. L. O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil. 2005. 75 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010: escolaridade e rendimento aumentam e cai mortalidade infantil**, 27 de abril de 2012. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2125&id_pagina=1>. Acesso em: 30 ago. 2012.

MEC. **Chamada Pública MEC/SESU nº 08/2007 – REUNI**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/minutareuni.pdf> Acesso em: 9 mar. 2018.

MELLO, S. P. T. M.; SANTOS, E. G. S. Diagnóstico e Alternativas de Contenção da Evasão no Curso de Administração em uma Universidade Pública no Sul do Brasil. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 5, n. 3, p. 67-80, dez. 2012.

PASCARELLA, E. T. 1980. Student-faculty informal contact and college outcomes. **Review of Educational Research**, Vol. 50, n° 4, 545-595.

POLYDORO, S. A. J. O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica no universitário: condições de saída e de retorno à instituição. 2000. 167 p.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas,

Campinas, 2000.SPADY, W. G. 1970. DropoutsfromHigherEducation: Na interdisciplinary review and synthesis. **Interchange** 1, 64-85.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 1998.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Natália Lampert Batista - Graduada em Geografia (Licenciatura) pelo Centro Universitário Franciscano (2013). Mestra e Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2015 e 2019 respectivamente). Tem interesse nas áreas de pesquisa de Ensino de Geografia; Cartografia Escolar; Educação Ambiental; Geotecnologias e Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) na Educação; Multiletramentos, Multimodalidade e Contemporaneidade; Formação de Professores; Educação Popular; Cartografia Geral e Temática; Geografia Urbana; Geografia Agrária; e Geografia Cultural.

Tascieli Feltrin - Doutoranda em Educação (UFSM). Mestra em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Gestão Escolar pela UFSM/ UAB (2013). Graduada em Letras licenciatura plena em Língua Portuguesa, Língua Espanhola e respectivas Literaturas pela Faculdade Metodista de Santa Maria (FAMES/2011). Tutora do Curso de Formação em Letras Português e Literatura pela UAB/UFSM. Professora de língua portuguesa, Servidora pública na rede municipal de educação de Santa Maria. Atuou como Bolsista no projeto Biblioteca Comunitária: Embarque na Onda da Leitura (FAMES 2010-2011), como educadora no projeto de Extensão Práxis Pré-Vestibular Popular da UFSM (2014) e, como Tutora do Curso de Formação de Professores para a Educação Profissional UAB/UFSM (2017-2019) .Atualmente, também, desenvolve atividades de incentivo à leitura e escrita criativa através da oficina de criação literária Imagina Mundos. Possui experiência nas seguintes áreas de estudo: Educação Popular, Culturas Periféricas, Educação de Jovens e Adultos, História da Educação, Educação Libertária, Literatura Popular e Multiletramentos, experiências educacionais nãoescolares e Formação de professore para atuação em contextos de Vulnerabilidade Social.

Maurício Rizzatti - Mestre e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atualmente é Doutorando em Geografia (Passagem Direta para o Doutorado) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da UFSM. Também é integrante do Laboratório de Cartografia e grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (UFSM). Pesquisa na área de Cartografia, Geoprocessamento, Cartografia Escolar e a Teoria das Inteligências Múltiplas, Geotecnologias, Sensoriamento Remoto na Educação Básica; Geografia Física, Geografia Urbana e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

ÍNDICE REMISSIVO

Α

Alfabetização 5, 1, 10, 242, 276

Altas habilidades 190

Aprendizagem 5, 6, 7, 3, 8, 72, 117, 118, 141, 143, 144, 145, 146, 152, 162, 172, 203, 210, 330, 348, 381, 383

Autismo 1, 2, 3, 8, 278

Avaliação educacional 172

Avaliações em larga escala 162

C

Concepções 6, 7, 175 Conselhos municipais de educação 200 Criatividade 7, 183, 185, 189, 190

E

Educação 2, 5, 6, 7, 8, 9, 6, 9, 10, 11, 12, 19, 20, 22, 23, 30, 31, 37, 38, 41, 51, 61, 62, 72, 78, 80, 88, 89, 99, 102, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 145, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 167, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 189, 191, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 221, 222, 223, 224, 225, 230, 231, 232, 235, 239, 241, 242, 245, 247, 249, 250, 251, 255, 257, 259, 260, 261, 262, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 281, 282, 283, 284, 288, 289, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 303, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 316, 317, 319, 320, 321, 323, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 358, 359, 363, 366, 368, 369, 370, 371, 374, 381, 383, 389, 390, 391, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, Educação à distância 72

Educação básica 307, 349

Educação especial 176, 182, 273

Educação física 352, 353

Educação infantil 215, 413

Engenharias 21, 23, 26, 27, 28, 29

Ensino 5, 6, 7, 9, 1, 5, 23, 30, 42, 51, 62, 72, 76, 88, 89, 99, 103, 104, 105, 107, 108, 117, 118, 122, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 141, 157, 166, 193, 203, 207, 210, 212, 214, 215, 239, 243, 245, 249, 251, 284, 288, 316, 328, 344, 371, 382, 391, 395, 396, 403, 407 Escola 7, 4, 54, 109, 123, 124, 125, 134, 172, 182, 212, 213, 226, 227, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 259, 261, 282, 296, 297, 306, 307, 311, 316, 319, 321, 322, 403, 415

Escrita pré-silábica 18

Estudantes 6, 89, 111, 141, 142, 162, 245

Etnografia 62

Evasão 5, 23, 25, 26, 27, 30, 31

F

Formação de professores 62

Francês 5, 42, 43, 52

IDEB 6, 12, 130, 131, 132, 135, 137, 138 Inclusão 8, 31, 175, 182, 271, 272, 275, 276, 281, 282, 396, 415

0

Observação 154

Oportunidade de aprendizagem

Oralidade 32

P

Pesquisa 2, 5, 8, 9, 20, 31, 32, 41, 61, 62, 80, 87, 118, 139, 166, 168, 169, 182, 201, 210, 267, 269, 270, 283, 331, 354, 363, 376, 381, 383, 413, 414, 415

Pesquisa qualitativa 62, 413

PISA 2012 6, 12, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 150, 151, 152, 153

Práticas pedagógicas 54, 117

Psicogênese da língua escrita 20, 161

R

Reflexividade 6, 80

S

SINAES 88, 89, 91, 93, 97, 99 Superdotação 7, 183, 190, 398 Surdez 54, 398

U

UFAM 6, 11, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 98, 99

Universidade 5, 6, 9, 30, 31, 32, 41, 42, 43, 46, 52, 54, 61, 62, 63, 71, 72, 78, 80, 88, 89, 98, 99, 100, 102, 108, 117, 118, 129, 134, 154, 161, 174, 176, 182, 183, 191, 201, 203, 210, 211, 222, 224, 225, 241, 250, 262, 263, 269, 271, 281, 282, 283, 309, 311, 321, 326, 331, 333, 342, 353, 363, 371, 372, 381, 382, 383, 384, 389, 390, 408, 414, 415

Agência Brasileira do ISBN ISBN 978-85-7247-592-1

9 788572 475921